

# ELITES POLÍTICAS E REPERTÓRIO DE CONTESTAÇÃO: INTELLECTUAIS DE SÃO PAULO NO CONTEXTO DA CRISE DO IMPÉRIO

## ELITES POLICIES AND REPERTORY CONTESTATION: INTELLECTUALS OF SÃO PAULO IN THE CONTEXT OF THE EMPIRE OF CRISIS

Rubens Arantes Correa<sup>1</sup>

Endereço: Instituto Federal de São Paulo, IFSP - Campus Birigui. Rua Pedro Cavallo, Residencial Portal da Pérola II, Birigui-SP, CEP: 16201-407  
Email: rubens.arantes65@gmail.com

**Resumo:** o artigo pretende oferecer algumas reflexões sobre o contexto da crise do Império que culminou com a proclamação da República em 1889, retomando o debate sobre os fatores que contribuíram para o esgotamento do sistema monárquico brasileiro, levantando elementos teóricos como estruturas de oportunidades e ação política. O artigo apresenta a trajetória de um grupo de intelectuais de São Paulo, procurando mostrar como sua formação acadêmica, suas atividades profissionais e seus engajamentos político-partidários são reveladores da emergência de uma “nova elite” que como estratégia de ação contestadora ao sistema hegemônico lança mão da bandeira republicana, aproveitando as rachaduras do edifício político dominante.

**Summary:** Article intends to offer some reflections on the context of the Empire crisis that culminated with the proclamation of the Republic in 1889, resuming the debate on the factors that contributed to the depletion of the Brazilian monarchical system, raising theoretical elements as political opportunities and action structures. The article presents the trajectory of a group of intellectuals of São Paulo, trying to show how their academic formation, their professional activities and their political-partisan engagements developers the emergence of a “new elite” that as strategy of challenging to the hegemonic system launches hand republican flag, taking advantage of the cracks of the ruling political building.

**Palavras-chave:** Elites Políticas. Intelectuais. Estruturas de Oportunidades.

**Keywords:** Political Elites. Intellectuals. Opportunities structures.

---

1 - Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista - campus Franca. Professor do Instituto Federal de São Paulo - campus Birigui. Coordena o projeto “Espaço Público e Preservação da Memória: a História de Birigui através de suas ruas, praças e monumentos”.

## Caracterização das elites políticas do Império

O entendimento da natureza das elites (origens sociais, treinamento, ocupações profissionais) que controlaram o jogo político do Império em suas diversas etapas e momentos, permite compreender não só as razões da ruptura do sistema político dominante, a partir de elementos de sua própria base de sustentação, como a consequente expansão das estruturas de oportunidades da qual soube aproveitar grupos políticos regionais, insatisfeitos com a condição de marginalização aos postos de mando, fato que se torna evidente a partir da queda do Gabinete Zacarias de Góes em 1868, abrindo oportunidade da emergência de uma nova elite ou de uma contra-elite, portadora de um discurso político aparentemente inovador ancorado em conceitos abstratos colhidos do liberalismo.

De acordo com Carvalho<sup>1</sup> elites políticas são fenômenos tanto na forma de classe política como na de elite dirigente que ganharam maior projeção e importância à medida da consolidação da economia capitalista e da consequente sociedade burguesa:

quanto maior o êxito e a nitidez da revolução burguesa, tanto menor o peso do Estado como regulador da vida social e, portanto, tanto menor o peso do funcionalismo civil e militar e tanto mais representativa a elite política.<sup>2</sup>

É relativamente consensual no âmbito das Ciências Sociais de que o parâmetro moderno clássico de elite política foi o que se constituiu historicamente na Inglaterra: ao longo do século XIX e parte do XX muitos que exerceram funções políticas eram de origem aristocrática, para quem a política não era vocação nem profissão, mas o exercício do ócio:

[Os] aristocratas, sobretudo, os que chegavam a postos de gabinete, eram na maioria pessoas que viviam de rendas, da terra, ou de investimentos. Isso lhes proporcionava o ócio necessário para se dedicarem a lazeres diversos, entre os quais as atividades políticas. A política para eles não era vocação nem profissão, pois raramente dela dependiam para sua subsistência material.<sup>3</sup>

Entretanto, esse modelo não se aplica aos países que tiveram revoluções burguesas tardias ou abortadas como foi o caso de Portugal, de quem o Brasil herdou o modelo de elites políticas. Nesses casos, predominou a constituição de uma casta burocrática, treinada especificamente para o exercício dos cargos públicos, oriunda de um tipo particular de nobreza e profissionalmente vinda das áreas jurídicas. No

---

1 CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem. Teatro de sombras. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

2 CARVALHO, José Murilo de. Op. cit, p. 25-28.

3 CARVALHO, José Murilo de. Op. cit, p. 29

caso dos legistas, sua presença era comum em todos os modelos de Estado moderno, e muito mais acentuado no caso do Estado português:

Os juristas e magistrados exerceram um papel de grande importância na política e na administração portuguesa e posteriormente na brasileira. Tratava-se de uma elite sistematicamente treinada, sobretudo graças ao ensino do direito na Universidade de Coimbra, fundada em 1290. O direito ensinado em Coimbra era profundamente influenciado pela tradição romana trazida de Bolonha. O direito romano era particularmente adequado para justificar as pretensões de supremacia dos reis.<sup>4</sup>

Portanto, a influência dos profissionais do Direito no exercício da política em Portugal e no Brasil é característica de um tipo de Estado que se consolidou a partir da formação e do treinamento de uma elite burocrática, existindo mesmo uma correspondência entre profissionais da área jurídica e elites burocráticas e políticas. Estas elites políticas originaram-se, fundamentalmente, em termos acadêmicos, na Universidade de Coimbra cujo ensino jurídico enfatizava a tradição romanista, forma pela qual era treinada filosoficamente com a finalidade de justificar o poder real diante da Igreja e dos barões.

Comparativamente ao peso dos profissionais do Direito em Portugal e, por decorrência no Brasil, tem-se o caso dos Estados Unidos da América, onde a falta de interesse por parte de membros de categorias econômicas por cargos no serviço público abriu espaço para a preeminência de profissionais liberais, especialmente, advogados:

Os advogados, em contraste com os juristas, são típicos produtos da revolução burguesa e da política liberal, pois são profissionais da representação de interesses. Atribuir a eles a representação política era apenas ampliar uma atividade que já exerciam nas relações sociais e econômicas.<sup>5</sup>

De modo que, independente do modelo de Estado adotado – se absolutista ou liberal, as carreiras ligadas à formação jurídica tiveram papéis fundamentais na estruturação dos mesmos seja na forma do predomínio dos juristas ou legistas, no caso dos absolutistas como Portugal, seja na forma dos advogados, no caso dos liberais como os Estados Unidos.

No Brasil, particularmente, tem-se um modelo de elite política, sobretudo até a metade do século XIX, à imagem e semelhança da elite portuguesa, embora não tenha sido um processo linear de transposição, pois, no caso brasileiro, ocorreram algumas particularidades, dentre as quais, o fato de que o prestígio político e social encontrar-se vinculado à propriedade de terras. Apesar desta especificidade, a elite brasileira

---

4 CARVALHO, José Murilo de. Op. cit, 31-32.

5 CARVALHO, José Murilo de. Op. cit, p. 29-30.

reproduziu as mesmas estratégias da elite lusitana, qual seja a de buscar ilustração acadêmica nos cursos jurídicos, primeiramente em Coimbra e, a partir de 1827 nas faculdades de Direito em São Paulo e Olinda, como estratégia de controle de cargos aparelho do Estado Imperial.

Faculdades de Direito, no contexto brasileiro do século XIX, estão associadas a vários elementos vinculados tais como a organização do Estado, profissionalização da política, tradição bacharelesca, sustentação burocrática do aparelho estatal enfim, marcas profundas que entrarão tempos adentro. De acordo com Adorno<sup>6</sup>, a criação e fundação dos cursos jurídicos no Brasil, na primeira metade do século XIX faz parte do contexto da constituição do Estado Nacional e, portanto, da constituição da burocratização do aparelho estatal.

Nessa linha de raciocínio, Adorno<sup>7</sup> afirma que a necessidade de profissionalização da burocracia estatal levou ao estabelecimento de simetria de interesses entre elite política e elite burocrática, condição que se mostrou indispensável para a manutenção do regime monárquico. Daí que se pode concluir acerca da correspondência automática entre formação de bacharéis e controle dos cargos burocráticos oferecidos pelo aparato estatal, visto que o Estado brasileiro erigiu-se como um Estado dos magistrados, dominado por juízes, secundados por parlamentares e funcionários de formação profissional jurídica.

Ao lado da questão da construção burocrática do aparelho estatal, está, em meio a um universo de poucas oportunidades de prestígio e visibilidade social, a figura do bacharel em Direito e, por via de consequências, das próprias Academias de Direito, como berços formadores desses agentes profissionais da política:

[...] apropriaram-se os bacharéis das oportunidades de acesso e promoção nas carreiras diretivas dos órgãos centrais e regionais de governo. Via de regra, os cargos do judiciário (juízes e carreiras afins à magistratura), no executivo (delegados de política, presidentes e secretários provinciais, ministros e conselheiros de Estado) e no legislativo foram predominantemente ocupados por bacharéis”<sup>8</sup>

Tomando como exemplo somente o caso dos presidentes de Conselho de Ministros, constituídos entre em 1847 e 1889, tem-se uma comprovação desse modelo de elite política que se desenvolveu no Império. Dos vinte e três presidentes que exerceram o mais alto cargo dentro do sistema político imperial (alguns por mais de um exercício como foram os casos de Pedro Araújo Lima – pro quatro vezes –; José Joaquim Rodrigues Torres – por duas vezes –; Luís Alves de Lima e Silva – por três

---

6 ADORNO, Sérgio. Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 77.

7 ADORNO, Sérgio. Op. cit, p. 77-78.

8 ADORNO, Sérgio. Op. cit, p. 78.

vezes -; Zacarias de Góis e Vasconcelos – por três vezes -; e, José Antônio Saraiva – por duas vezes -), dezoito tinham formação superior em cursos jurídicos, dos quais sete obtiveram o bacharelado em Ciências Jurídicas pela Universidade de Coimbra: Manuel Aves Branco (2º. Visconde de Caravelas), José Carlos de Almeida Torres (Visconde Macaé), Pedro de Araújo Lima (Visconde de Olinda), José da Costa Carvalho (Visconde de Monte Alegre), Honório Hermeto Carneiro Leão (Marquês do Paraná) e Antônio Paulino Limpo de Abreu (Visconde de Abaeté).

A partir de 1860 os presidentes que ocupam o cargo são formados em Direito pelas faculdades de Olinda/Recife (oito presidentes) e de São Paulo (quatro presidentes). De onde se pode concluir que os profissionais do Direito, seja como advogado ou como magistrado, foram agentes fundamentais na construção do Estado Imperial por meio do controle dos cargos públicos, eletivos ou não.

O perfil das elites imperiais, portanto, pode ser sintetizado, como predominantemente marcado pela formação jurídica, pela construção e manutenção de um modelo de Estado burocrático e pela atuação voltada para a predominância do Imperador sobre as demais instâncias sociais e políticas em sintonia com os interesses rurais localizados.

Coube, ainda, aos profissionais de Direito, no caso brasileiro, a particularidade do exercício intelectual num país que não possuía campo especificamente conformado. Em grande medida são os egressos das faculdades de Direito que vão produzir obras literárias, manifestos políticos, obras de cunho filosófico, histórico, educacional, sociológico, além, é claro, da principal forma de expressão intelectual do século XIX – a imprensa. Do que se pode depreender que intelectual na sociedade brasileira do século XIX não é o tipo clássico - o intelectual acadêmico, pertencente a sociedades de cultura e ciência, produtor de obras de grande expressão abstrata:

não havia uma camada letrada autônoma no Império: política, historiografia e letras compunham facetas de uma carreira política unificada. Não foi, pois, por acidente que as figuras de maior destaque nas letras nacionais do período, Gonçalves de Magalhães e Alencar, tenham também exercido a deputação e chegado ao Conselho de Estado pelo partido conservador.<sup>9</sup>

O bacharel em Direito, de acordo com Adorno<sup>10</sup>, tornou-se o principal intelectual da sociedade brasileira ao longo do século XIX. Seus processos de formação e de atuação pública são próprios de um país carente de sistema educacional estabelecido, fator decisivo para a conformação de um intelectual completamente fora do modelo clássico

9 ALONSO, Ângela. Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p. 58.

10 ADORNO, Sérgio. Op. cit.

no sentido acadêmico e de produção filosófica. Nesse sentido, como acentua Schwarcz<sup>11</sup> a formação do intelectual bacharel foi bastante negligenciada pelas instituições de ensino marcando-se pela precariedade e contradição filosófica em termos de orientação teórica ministrada pelas duas Faculdades de Direito então existentes:

Mais uma vez a fachada institucional encobriu diversidades significativas, que dizem respeito à orientação teórica, assim como ao perfil profissional característico de cada uma das escolas. São Paulo foi mais influenciada pelo modelo político liberal, enquanto a faculdade de Recife mais atenta ao problema racial, teve nas escolas darwiniana social e evolucionista seus grandes modelos de análise. Tudo isso sem falar do caráter doutrinário dos intelectuais da faculdade de Pernambucano, perfil que se destaca principalmente quando contrastado com o grande número de políticos que partiam majoritariamente de São Paulo.<sup>12</sup>

Exemplo clássico desse modelo de intelectual oriundo do campo do Direito que aliou sua formação acadêmica com o exercício da literatura, colaborador da imprensa carioca e com intensa carreira política foi José de Alencar. Autor de clássicos da literatura romântica brasileira, em especial, o ciclo indigenista e escravista convicto, José de Alencar graduou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco e, em matéria de atuação jornalística engajou-se, principalmente, em *Correio Mercantil* e *Diário do Rio de Janeiro*, veículos onde publicou a versão em forma de folhetim de seus principais livros. Paralelamente, sua atividade pública abrangeu diversos cargos públicos – nomeado ou eletivo -, ocupando o cargo de Ministro da Justiça e deputado por diversas legislaturas:

Mais do que por tradição de família, por um desdobramento natural da atividade intelectual, o autor d'As Minas de Prata enveredou pela política. Não experimentaram essa sedução quase todos os escritores brasileiros no século passado, sobretudo durante a Monarquia? A elite intelectual sentia-se no dever de concorrer para a boa marcha dos negócios públicos no país em formação<sup>13</sup>.

A manutenção do equilíbrio político imperial dependeu muito da conformação ideológica dessa mesma elite político-intelectual em simetria com os interesses rurais do Nordeste e do Vale do Paraíba fluminense. À medida que o processo de expansão econômico e urbano do país se consolida na região sudeste, desequilibra-se o arranjo entre os pilares que sustentavam o Estado monárquico advindo, daí, a crise do Império a partir do último quarto do século XIX, abrindo perspectivas de ação política para novas gerações de elites político-intelectuais que ao despontarem em regiões impulsionadas

11 SCHWARCZ, Lília M. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Cia. Das Letras, 1993, p. 142-143.

12 SCHWARCZ, Lília M. Op. cit, p. 143.

13 BROCA, Brito. Ensaio da mão canhestra. São Paulo: Polis, 1981, p. 163.

por nova dinâmica passam a expressar os interesses sociais e econômicos que se encontravam deslocados do poder na esfera central.

A crise do Império pôs a mostra dois aspectos: primeiro, que o equilíbrio conservador mantido pela elite política, “imagem e semelhança” do velho Portugal colonial, havia se rompido; segundo, que as forças políticas do establishment monárquico não foram capazes de se renovarem, situação que possivelmente possa ser explicada pela condição de decadência dos setores rurais aos quais estavam vinculados. O breakdown do Império não seria, pois, explicado por uma suposta incompatibilidade entre instituições políticas e modernização econômica proporcionada pelo setor cafeeiro na região sudeste do país.

A ausência de uma elite política capaz de conduzir e controlar o processo de modernização capitalista conservadora abriu um vácuo no sistema político dominante do qual se aproveitaram elites regionais específicas que souberam construir um repertório de ideias, conceitos e práticas consensuais e de confrontos contra os valores dominantes, apesar de lançarem mão de antigos expedientes de oportunidades (formação jurídica, exercício de cargos públicos), mas, revestido de um novo repertório político, amplamente de oposição aos valores ideológicos compartilhados pela decadente sociedade do Império.

### **Sociedade imperial: valores e práticas sociais**

Embora o Império não tenha possuído um arcabouço teórico capaz de explicar e justificar seu próprio funcionamento – o espírito do regime foi construído colado às próprias circunstâncias de momento e expresso em práticas sociais e instituições políticas peculiares – pode-se afirmar que sua existência assentou-se numa combinação de elementos que lhe conferiu ares de uma sociedade de corte, à moda do Antigo Regime:

O status quo imperial esteve mais representado em modos de pensar e agir do que em doutrinas explicitamente formuladas. O Império não contou com texto de fundação. Seus princípios básicos estão na Lei de Interpretação do Ato Adicional de 1841, que não toma mais que duas páginas. Os valores estão encarnados nas próprias práticas políticas.<sup>14</sup>

A elite política dominante construiu uma espécie de tradição através da qual orientou toda a história do Império. Esta tradição se manifesta em práticas sociais extremamente elitistas, rigidamente hierarquizada e compartilhada por todos os membros desse seleto grupo, mesmo que fossem conservadores ou liberais. Interessa mais pertencer à pequena família escolhida pelo critério da propriedade – de terras e de escravos – do que ter identificação político-ideológica com algum campo partidário.

---

14 ALONSO, Ângela. Op. cit, p. 52.

Em síntese, os elementos característicos da tradição social e política do Império assentavam sobre: aversão a tudo que pode representar mudança, elemento que encontra explicação no fato de que essa elite se estabeleceu após um longo período de conflitos, rebeliões e revoltas decorridas entre o Primeiro Reinado e a Revolta da Praieira em 1848, não se esquecendo das verificadas na Regência; busca incessante de uma identidade nacional que pudesse abrigar os elementos representativos da nação brasileiro, daí o apego à estética do Romantismo naquilo que ele tinha de idealismo e exacerbação simbólica, esvaziando sua mensagem contestadora como em sua versão europeia; o apego ao liberalismo político, mas, com uma leitura muito própria por parte dos principais articuladores dessa tradição, retirando todo o seu caráter mais radical como sufrágio universal e vontade popular, e admitindo somente os elementos aparentes como o regime constitucional e o sistema representativo; e, por fim, o apego ao catolicismo como representação de uma sociedade hierarquizada e estamental, tal como no modelo social medieval, e institucional, visto que a Igreja agia como braço político do Estado Imperial nos rincões mais distantes do território.

O modelo de sociedade hierarquizada, conservadora, elitista casou-se perfeitamente ao sistema político dominado pelo conservadorismo adepto de um vocabulário revelador de seus intentos e objetivos: unidade nacional, conciliação, consenso, respeito à ordem. As bases desse sistema estavam presentes, e depois foram colocadas em prática, na Lei de Interpretação do Ato Adicional de 1841, forma de fazer frente à lei de 1837 aplicada na Regência:

Este novo conjunto de leis criava a estrutura político-administrativa centralizada do Segundo Reinado: reinstituía o Conselho de Estado e o Poder Moderador, dormentes na Regência; centralizava o sistema repressivo, limitando mesmo o habeas-corpus. A instância propriamente executiva, a presidência do Conselho de Ministros, detinha poder de indicar os presidentes de província e controlava o preenchimento da burocracia estatal: as nomeações administrativas – da guarda nacional, do judiciário, dos cargos eclesiásticos, do corpo docente das faculdades e do Colégio Pedro II – e as promoções militares. Consolidou-se assim a centralização política.<sup>15</sup>

A engenharia social e política mantiveram-se, relativamente intacta, até os inícios da década de 1870 quando sinais de falta de sintonia com a realidade econômica já se faziam sentir. A rápida expansão do café atingindo Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo desencadeia uma série de consequências impactantes na vida urbana e comercial do país fazendo quebrar o núcleo duro da política conservadora que se encontrava no poder sustentada por grupos vinculados à propriedade de terras e escravos das regiões economicamente decadentes, ainda presas ao modelo colonial, em contraste

---

15 ALONSO, Ângela. *Op. cit.*, p. 97.



com os novos grupos sociais e econômicos vinculados à economia moderna em termos capitalistas e marginalizados do sistema político hegemônico.

Aliado a esse contexto de transformações econômicas tem-se as cisões dentro do campo político dominante – 1862, 1866, 1869 – rachando liberais e conservadores em torno de programas extremamente genéricos, mas em geral preconizando reformas e descentralização política que viessem ao encontro desse novo momento histórico vivido pelo país. O Gabinete Rio Branco entre 1871 e 1875 tenta por meio de uma série de reformas, continuar mantendo sob o controle do sistema político hegemônico as demandas dos grupos insatisfeitos com o Império. Aprova a Lei do Ventre Livre, incentiva a imigração europeia, toma medidas reformistas no campo do judiciário, introduz a obrigatoriedade de registros civis tirando da Igreja o monopólio sobre esse particular, propõe reformas no campo educacional e incrementa medidas com a finalidade de oferecer infraestrutura adequada a nova quadra social e econômica vivida pelo país.

A despeito de todas as iniciativas reformistas, o gabinete Visconde de Rio Branco não foi capaz de contemplar as demandas e reivindicações dos grupos dissidentes e dos novos grupos emergentes. Neste momento, observa-se que as lutas políticas saem do controle do sistema hegemônico e ganham espaços públicos com a promoção de conferências, abertura de clubes e, claro, a forma mais tradicional de oposição política desde os tempos pré-independência: a propagação pela imprensa.

De um lado, colocam-se os dissidentes liberais, reunidos em denominações diversas, publicando manifestos que remetem ao programa político dos exaltados dos tempos da Regência, responsáveis pelo Ato Adicional de 1834, acenando com a possibilidade de uma revolução e de outro, os novos grupos emergentes sem uma plataforma política específica, mas, que recusam a luta política dentro do sistema estabelecido, ou seja, dentro dos partidos institucionais. Esse é o campo fértil onde palavras-chave como república e abolição ganham maior densidade. Na realidade, o programa liberal dos dissidentes estava à procura de algo novo onde pudesse se encaixar como repertório e plataforma pública de demanda.

### **Elite intelectual contestadora de São Paulo**

O vácuo aberto com a ruptura intra-elite política imperial e a inadequação das práticas e valores da sociedade imperial abriu caminho para a ação desempenhada por elites regionais colocadas à margem pelo status quo político hegemônico, em especial, a de São Paulo, será o de buscar um novo equilíbrio recorrendo a outro repertório que pudesse legitimar sua predominância política. Ancorada por um cenário econômico local favorável, em decorrência da expansão cafeeira, socializada intelectualmente pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, favorecida pela crescente atividade

urbana como propagação de imprensa, teatros, sociedades literárias, livrarias, emerge na capital paulista um grupo de intelectuais que passará a expressar os interesses de novos grupos políticos e sociais, projetando nacionalmente esses mesmos interesses.

O contexto-chave para a compreensão do processo histórico de quebra do sistema político monárquico dominante, a década de 1860, é o mesmo da emergência de um grupo de intelectuais em São Paulo, forjado e treinado no ambiente acadêmico da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, nas redações de jornais da capital e do interior, na sociabilidade das irmandades maçônicas e, do ponto de vista familiar, com vínculos com o setor produtivo-exportador cafeeiro.

O referido grupo era constituído fundamentalmente por Américo Brasiliense (1833-1896), advogado, professor, autor de obras de caráter histórico e didático, além de deputado provincial e signatário do Manifesto Republicano de 1870; Francisco Rangel Pestana (1839-1903), bacharel em Direito, jornalista e com grande atuação no magistério como professor e proprietário de escola na capital paulista; Américo de Campos (1835-1900), bacharel em Direito, atuante da imprensa paulistana, dirigindo e colaborando com importantes veículos como Correio Paulistano, Diabo Coxo e Diário Popular; Francisco Quirino dos Santos (1841-1886), poeta abolicionista, redator da Gazeta de Campinas e colaborador de outros órgãos de imprensa; Manuel Ferraz de Campos Salles (1841-1913), fazendeiro e futuro presidente da República; Prudente José de Moraes Barros (1841-1902), advogado e futuro segundo presidente civil da República; Alberto Salles (1855-1904), jornalista, autor de obras de fundo filosófico e sociológico, além do professor do Colégio Culto à Ciência; Luís Pereira Barreto ((1840-1923), formado em Medicina na Bélgica e com intensa atividade jornalística e filosófica de divulgação no campo positivista; além do tipógrafo e editor lusitano José Maria Lisboa (1838-1918), militante da imprensa paulista e responsável direto pela publicação do Almanaque Literário de São Paulo entre 1876 e 1885.

A emergência do grupo de intelectuais de São Paulo, no contexto de crise do Império, insere-se como parte de um processo de quebra do equilíbrio político mantido pelas elites até então desde o episódio da maioridade. Não que esses intelectuais tenham sido decisivos para a cisão dentro da fração dominante, mas que, soube aproveitar as oportunidades políticas surgidas por ocasião dessa cisão, fazendo surgir novas palavras-chave no discurso político como república, abolição, federalismo, descentralização, ciência, estabilidade, conciliação, unidade, ordem, imigração, naturalização, instrução, mercado do trabalho, liberdades individuais, laicização, etc.

A abordagem das trajetórias individuais e das estruturas de sociabilidades dos membros do grupo revela que se tratava de uma geração de letrados nascida entre os anos 1830 e 1840, egressos de famílias do interior paulista, na sua grande maioria ligada à região de Campinas – Itu, Piracicaba, Rio Claro - e que buscarão, no decorrer do final do século XIX, inserção e prestígio social através da política partidária.

O treinamento desse grupo de intelectuais passa pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, da quase totalidade de seus membros, com exceção ao editor português José Maria Lisboa e ao médico Luís Pereira Barreto. Atinge sua maioria no período dos 1870, momento de constituição do movimento republicano em nível nacional com a divulgação do Manifesto Republicano e o jornal A República.

Na imprensa acadêmica e nos jornais de maior circulação constroem laços de sociabilidades, trocas de afinidades ideológicas e aproximações familiares por meio de casamentos. Neste particular a fundação do jornal A Província de São Paulo em 1875 foi de fundamental importância ao aproximar todos os membros do grupo ora como redatores e proprietários, ora como colaboradores permanentes, vindo a tornar-se o locus privilegiado para a construção de um repertório de crítica e contestação não só ao sistema político monárquico e suas instituições, como, também, à sociedade imperial e seus valores.

A Província de São Paulo sintetizou, ao longo das duas últimas décadas do Império, o repertório de ideias dos membros desse grupo de intelectuais paulistas, do qual sobressaía a defesa do federalismo, palavra-chave que funcionava como uma amálgama para cooptar adesões à defesa de sua causa. No editorial de estreia, o jornal apresenta sua avaliação da situação política do país naquela conjuntura, identificando na centralização excessiva os males a origem de todos os males que padecia o país:

o insofrível e maléfico unitarismo das instituições, a impotência ciumenta e falaz do poder centralizado, o descabro dos partidos políticos, reduzidos a entidades apenas nominais sem que possam representar o grande elemento da força popular no próprio regime estatuído e dado como vigente; acrescentem o abatimento do espírito público, o mal estar a descrença crianças por mil circunstâncias passadas e aumentadas por mil outras recentes e atuais.<sup>16</sup>

A forma mais acabada da defesa do federalismo dentro do grupo de intelectuais de São Paulo foi esboçada por Alberto Sales que discorreu sobre o tema em diversos momentos de sua produção intelectual. É o caso do artigo “Descentralização” publicado em 7 de outubro de 1885 no qual, apresenta argumento, à luz de sua ótica organicista, destacando os efeitos que considera nocivos ao corpo social quando as partes são afetadas pelo todo, causando desequilíbrio no organismo:

[ a descentralização ] é um verdadeiro processo científico, que tem a sua razão de ser, o seu fundamento natural, nas próprias condições especiais da organização política do Estado. Considerá-la como uma simples criação abstrata, produto desregrado da fantasia incandescente dos estadistas – é revelar igualmente uma profunda ignorância dos seus mais comezinhos princípios da ciência”.<sup>17</sup>

16 A Província de São Paulo - “Editorial”. 04.02.1875. .

17 A Província de São Paulo - “Descentralização”. 07.10.1885.

Outro espaço jornalístico de sociabilidade dos intelectuais paulistas foi o Almanaque Literário de São Paulo, criado em 1876 por iniciativa de José Maria Lisboa, tipógrafo e editor lusitano que à época havia construído carreira na área já de algum tempo com passagens por publicações importantes como o Correio Paulistano e a Gazeta de Campinas, órgão precursor, em termos jornalísticos, do grupo. Embora em um formato diferente do jornal diário, o Almanaque, no decorrer de sua existência até 1885, tornou-se um veículo de contestação ao regime monárquico, através de divulgação de artigos nos quais o eixo central era destacar o atraso do país em matéria de desenvolvimento científico aplicado ao processo de produção econômica.

Na edição de 1876, Antônio Francisco Paula Souza (1893-1917), engenheiro formado na Suíça e na Alemanha, ativista do movimento republicano em São Paulo e próximo ao grupo de intelectuais, objeto desse artigo, publica em Almanaque Literário de São Paulo artigo exemplar para o tipo de crítica e contestação que a elite regional paulista colocava contra o modelo de sociedade, valores e instituições compartilhadas pela monarquia. O artigo intitulado “Esboço rápido de algumas de nossas indústrias comparadas as dos Estados Unidos” faz alusão aos mecanismos de eficiência técnica e espírito empreendedor típicas dos norte-americanos, segundo o autor, de um povo que não foi acostumado a viver sob o controle e dependência do Estado.

Toda descrição de Paula Souza ganha maior intensidade quando, a partir de sua experiência norte-americana, passa a compará-la com o que ocorria no Brasil à época. Aí se percebe que os elogios à eficiência do sistema produtivo norte-americano visavam dar substância à crítica ao sistema político monárquico. Para o engenheiro Paula Souza, a ausência do espírito industrial e comercial entre os brasileiros era fruto de excessivo processo centralização imposto pela monarquia impedindo, assim, a tomada de iniciativa dos indivíduos.

A centralização tirânica, segundo Paula Souza, sobre os indivíduos e os municípios provocava a atrofia comprometendo o destino do país rumo ao progresso. E concluía:

Uma população, como a nossa habituada a ser tutelada constantemente e em tudo, não pode avançar muito na senda do progresso. [...] estamos habituados à tutela e ao despotismo o mais imoral possível. Quantas vezes não se estão vendo decretos e avisos revogarem leis feitas pelos poderes competentes sem que a mínima indignação do país, sem que o menor rubor suba às faces dos brasileiros?<sup>18</sup>

O repertório contestatório dos intelectuais de São Paulo não se construiu a partir de grandes investigações filosóficas e da utilização de conceitos abstratos universais, a despeito de alguns membros do grupo, como Alberto Salles e Luís Pereira Barreto,

---

<sup>18</sup> Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1876. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo/IHGSP, 1982, p. 57.

recorrerem a apropriações muito particulares do positivismo e do organicismo. O eixo central do repertório estava colado às questões imediatas vividas pelo país e sobre elas lançavam luz a partir de um aporte teórico suspostamente consistente.

Procuram, ao analisar de questões sociais e econômicas próprias do contexto brasileiro das décadas finais do século XIX, emprestar “contornos científicos”, visando, propositalmente, demarcar território entre seus posicionamentos e aqueles próprios da visão de mundo compartilhada pelas elites imperiais. Nesse sentido, para se diferenciar do pensamento hegemônico tido como antiquado para a realidade brasileira daquele período. A solução proposta pelos intelectuais para os problemas nacionais passava pelo crivo da “ciência”.

É o caso do problema da mão-de-obra, questão fundamental para se entender a própria natureza da crise do Império. Mais do que propor a abolição do trabalho escravo, no entendimento do grupo de intelectuais paulistas, fazia-se urgente forjar uma política oficial de incentivo ao imigrante europeu que pudesse torna-lo não só uma solução para o problema da ausência e da qualidade de mão-de-obra como, ainda, sua inserção integral à sociedade brasileira. Luís Pereira Barreto em artigo de 1879 destaca a importância do imigrante como fator de desenvolvimento econômico e social:

Admitamos, [...] a grande massa dos estrangeiros a se incorporar na trama íntima do nosso organismo político; concedamo-los plena igualdade de direitos, plena liberdade de consciência, e podemos garantir que dentro de dez anos já a face do país será inteiramente outra. Não podemos dispensar o concurso dos estrangeiros. Nenhum grande progresso material é possível sem que um grande movimento intelectual tenha precedido e preparado; e entre nós não terá lugar esse prévio movimento intelectual sem a intervenção do elemento estrangeiro.<sup>19</sup>

Se os procedimentos científicos se aplicavam às práticas da produção, à ação do Estado enquanto agente facilitador do desenvolvimento material e moral, bem como à qualificação da mão-de-obra, assim, também, se aplicava aos partidos políticos. Para os intelectuais de São Paulo, os partidos monárquicos haviam esgotado suas possibilidades de dar respostas aos problemas nacionais, visto encontrarem-se em grave “deterioração patológica”, concorrendo para a “anarquia moral” em que vivia o país. É o diagnóstico realizado por Alberto Salles em artigo de 1884:

Câmara dos deputados, senado, ministérios, família imperial, tudo está corrompido e caminha para a dissolução. [...] O patronato, o filhotismo e a advocacia administrativa, são os sintomas desta enfermidade social. [...] O império abafou a consciência pública e a política divorciou-se da moral e a nação segue-se nas agonias de uma morte prematura.<sup>20</sup>

19 A Província de São Paulo – “A elegibilidade dos acatólicos e o parecer do Conselho de Estado”. 29.10.1879.

20 A Província de São Paulo – “A oligarquia partidária”. 15.10.1884.

O repertório construído ao longo dos anos 1870/1880 pelos integrantes do grupo de intelectuais paulistas contempla a apropriação de conceitos-chave produzidos pelo campo filosófico europeu, em circulação naquele contexto histórico-cultural, com vistas atingir finalidades práticas de ação política. Não se tratava de exercício acadêmico, ilustrativo e abstrato da defesa de teses e teorias políticas forjadas fora do Brasil e, portanto, sem vinculações com a realidade nacional, mas, de um mecanismo de apropriação intencional, no qual conceitos como república funcionavam como ferramentas de combate.

Dessa forma funcionava no universo vocabular de confronto o apego ao positivismo, cujos pressupostos evolutivos eram manipulados como forma de expressar as imperfeições do regime monárquico, fonte de todos os obstáculos para o país por conta, principalmente, de acordo com Alberto Sales, pelo excesso de centralização de poder.

### **Considerações Finais**

O repertório construído ao longo dos anos 1870/1880 pelos integrantes do grupo de intelectuais de São Paulo, na conjuntura de crise do sistema político do Império, baseado na apropriação particular dos conceitos-chave produzidas pelo campo filosófico europeu, em circulação naquele contexto histórico-cultural, tinha finalidades práticas de ação política, funcionando como estratégia de combate e contestação. Não se tratava do exercício acadêmico, ilustrativo e abstrato da defesa de teses e teorias políticas forjadas fora da realidade brasileira e, portanto, sem vinculações com esta realidade, mas, de um mecanismo de apropriação intencional, no qual conceitos como república, abolição, imigração, positivismo etc, funcionavam como ferramentas de combate político.

O repertório de ideias dos intelectuais paulistas contemplava uma vasta gama de tópicos revelando um projeto de poder, de caráter reformista, que não encontrou espaço de concretização dentro do aparato político-partidário imperial, apesar de não representar, em princípios e fundamentos, incompatibilidade com o sistema político monárquico. Tratava-se de ocupar um território de combate, posição adequada para os membros do grupo de intelectuais de São Paulo que se viam à margem das posições de mando e de prestígio social.

Ao contrário da geração de intelectuais que construiu os valores e tradições do Império, plasmados pelo ideário do Romantismo, do tradicionalismo avesso à quaisquer mudanças e ao privilégio estamental, os intelectuais de São Paulo pertencem a uma geração portadora de um de novas atitudes estéticas e filosóficas. O diferencial dos intelectuais paulistas na conjuntura da transição da Monarquia para a República foi saber aproveitar-se das condições históricas que se apresentavam, impondo por

estratégias diversas, novos preceitos e conceitos filosóficos, ferramentas indispensáveis para a elaboração de um repertório de confronto, condição de mobilização para ações políticas contra o sistema imperial.

O apelo à república, bem como aos demais enunciados que compuseram o repertório dos intelectuais paulistas, dentro dessa perspectiva, não funcionou como uma correia de continuidade de eventos históricos precedentes, mas como uma estratégia de luta e cooptação de grupos descontentes com o regime monárquico. “República” é um recurso discursivo e verbal capaz de agregar descontentes e marginalizados pelo sistema político hegemônico, articulando redes de fidelidade pessoais e dando sentido para o projeto de poder construído pelo grupo.

Dentro do projeto de poder de construído pelos intelectuais paulistas, “república” funciona como um apelo do qual derivam outras palavras-chave utilizadas insistentemente na produção jornalística e literária, tais como “federalismo”, “descentralização”, “apoio à lavoura”, “questão servil”, “instrução pública”, “reforma eleitoral”, “procedimentos científicos”, “reforma do judiciário”, enfim, verbetes que sustentaram a ação política dos membros do grupo através de inserções públicas em jornais, circulares e manifestos de congressos e partidos.

A crise do Império é tratada, na perspectiva desse trabalho, a partir da experiência compartilhada por um grupo de intelectuais que soube tomar partido das estruturas de oportunidades surgidas a partir do próprio centro de poder em crise construindo redes de sociabilidade e cooptação por meio de iniciativas públicas fundando instituições de ensino, irmandades maçônicas, órgãos de imprensa, congressos de agricultores e partido político. Dessa experiência forjam um repertório no qual as palavras-chave derivam de enunciado geral – “república”.

Artigo recebido em 09 de outubro de 2016.

Aprovado em 01 de maio de 2017